

<p style="text-align: center;">ANEXO II DO ACORDO DE DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA</p> <p style="text-align: center;">CONDIÇÕES GERAIS DO ACORDO DE DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA PARA A</p> <p style="text-align: center;">EXECUÇÃO EM REGIME DE GESTÃO CENTRALIZADA INDIRETA</p>

DISPOSIÇÕES GERAIS E ADMINISTRATIVAS

ARTIGO 1.º: OBRIGAÇÕES GERAIS

- 1.1 O Organismo Delegatário é responsável pela execução das tarefas relacionadas com a execução da ação descritas no anexo I do Acordo, que especificará os indicadores de resultados. O Organismo Delegatário é responsável pela administração geral de todas as atividades necessárias para a execução da ação, nomeadamente, a preparação, execução e conclusão das convenções de subvenção e dos contratos públicos, bem como a gestão das despesas correspondentes. O Organismo Delegatário participará nas reuniões de coordenação e noutras atividades comuns organizadas conjuntamente com a Comissão.
- 1.2 Na execução das tarefas que lhe são confiadas no âmbito do Acordo, o Organismo Delegatário não pode exercer funções que impliquem uma ampla margem de discricionariedade e opções políticas, e não pode definir nem modificar os objetivos, as estratégias e os domínios de ação prioritários descritos no anexo I. O Organismo Delegatário apenas pode oferecer diretamente, com o seu próprio pessoal, assistência técnica adicional.
- 1.3 O Organismo Delegatário deve executar as tarefas que lhe são confiadas ao abrigo do Acordo, respeitando o princípio de boa gestão financeira, em conformidade com os princípios da economia e da eficiência, e efetuar os controlos necessários, segundo as condições e modalidades estabelecidas na regulamentação aplicável.
- 1.4 O Organismo Delegatário não pode subdelegar qualquer das suas tarefas relacionadas com a execução da ação nem ceder nenhum dos seus direitos e obrigações, nomeadamente qualquer direito ao abrigo do disposto no artigo 15.º, a um terceiro, sem o acordo prévio, por escrito, da Comissão. O terceiro só pode ser uma entidade pública (nacional ou internacional) ou uma entidade privada a quem tenha sido cometida uma missão de serviço público. Caso a Comissão autorize a subdelegação de uma parte das suas tarefas a um terceiro («parceiro de execução»), o Organismo Delegatário deve:
 - efetuar, relativamente ao parceiro de execução, uma avaliação prévia equivalente à que a Comissão efetuou relativamente a si (avaliação do pilar), que assegure que o parceiro de execução executará a Ação segundo procedimentos e recorrendo a sistemas que cumpram as normas internacionais. A avaliação prévia será dispensável se o parceiro de execução tiver já sido avaliado positivamente pelos serviços competentes da Comissão, para trabalhar em gestão centralizada indireta ou em gestão conjunta;
 - manter o controlo sobre as tarefas delegadas na execução da Ação e assegurar-se do estabelecimento dos necessários controlos *ex ante* e *ex post*, de modo a garantir uma boa gestão financeira dos recursos da UE/do FED.

Em todo o caso, o Organismo Delegatário continua a ser plena e diretamente responsável perante a Comissão pelo cumprimento das disposições do Acordo e das obrigações dele decorrentes.

1.5 O Organismo Delegatário deve informar imediatamente a Comissão de qualquer alteração substancial dos procedimentos ou dos sistemas efetivamente aplicados para a execução da ação, em especial das que podem afetar as condições de elegibilidade estabelecidas nos instrumentos legais aplicáveis, ou de qualquer outro facto suscetível de afetar a aplicação do Acordo ou de atrasar ou prejudicar a execução das tarefas delegadas. Deve, nomeadamente, proceder à atualização das informações sobre os sistemas de auditoria, de contabilidade, de adjudicação de contratos e de concessão de subvenções, bem como sobre os sistemas de controlo interno eficientes. A Comissão reserva-se o direito de adotar medidas adicionais na sequência das alterações acima referidas ou de denunciar o Acordo nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 2, a seguir enunciado.

1.6 O Organismo Delegatário adota as medidas necessárias para prevenir as irregularidades e a fraude, a que se refere o artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, de 26 de julho de 1995, estabelecida pelo Ato do Conselho de 26 de julho de 1995 (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48), bem como a corrupção, a que se refere o artigo 3.º da Convenção relativa à Luta contra a Corrupção em que Estejam Implicados Funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida pelo Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1), ou ainda qualquer outra atividade ilegal na gestão da ação. Todos os casos suspeitos ou comprovados de irregularidades, fraude e corrupção relacionados com o Acordo, bem como as medidas adotadas pelo Organismo Delegatário para as impedir, devem ser imediatamente notificados à Comissão. O Organismo Delegatário deve transmitir sem demora à Comissão quaisquer informações relativas a casos suspeitos ou reais de fraude ou de corrupção, ou a qualquer outra atividade ilegal.

Se for caso disso, o Organismo Delegatário deve pôr termo aos contratos ou acordos com os parceiros de execução, os beneficiários das subvenções, os contratantes, o pessoal ou os agentes envolvidos em comportamento fraudulento ou em práticas de corrupção relacionados com o presente Acordo ou quaisquer outras ações executadas pelo Organismo Delegatário e financiadas pela União Europeia, e tomar todas as medidas razoáveis para recuperar os fundos pagos indevidamente ou utilizados incorretamente, incluindo através do recurso a uma ação judicial.

1.7 O Organismo Delegatário deve verificar regularmente se a ação foi executada corretamente. Se necessário, deve tomar medidas adequadas para resolver os problemas encontrados, proporcionalmente ao seu grau de gravidade, incluindo a suspensão da autorização para a celebração de novos contratos ou convenções de subvenção com terceiros ou a suspensão do pagamento das frações seguintes. Se necessário, deve instaurar um processo judicial a fim de recuperar os fundos indevidamente pagos ou incorretamente utilizados.

1.8 O Organismo Delegatário é responsável perante a Comissão por todos os fundos indevidamente pagos.

1.9 O Organismo Delegatário garante que as condições que lhe são aplicáveis nos termos dos artigos 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 10.º, 14.º, 16.º e 17.º do presente Acordo se aplicam

igualmente a terceiros envolvidos na execução da ação, incluindo os parceiros de execução. O disposto no artigo 11.º, n.º 2, aplica-se igualmente aos parceiros de execução.

ARTIGO 2.º: OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE INFORMAÇÃO E DE RELATÓRIOS

- 2.1 O Organismo Delegatário deve prestar à Comissão todas as informações relativas à execução da ação e à realização das tarefas delegadas. Para o efeito, deve apresentar à Comissão, antes da conclusão do Acordo, um plano de trabalho para o primeiro período de implementação, conforme especificado na descrição da ação, e um ou mais relatórios de execução («relatório de execução») e um relatório final («relatório final»), em conformidade com as disposições seguintes. Estes relatórios devem ser constituídos por uma parte narrativa e uma parte financeira e abranger o conjunto da ação, independentemente de esta ser total ou parcialmente financiada pela Comissão.
- 2.2 Os relatórios adicionais eventualmente exigidos serão indicados nas Condições Especiais.
- 2.3 A Comissão pode pedir a qualquer momento informações complementares, indicando as razões para esse pedido. Tais informações devem ser comunicadas num prazo de 30 dias a contar do pedido.
- 2.4 Cada relatório de execução deve contemplar todos os aspetos da execução da ação durante o período a que se refere. O relatório deve ser estruturado de forma a permitir uma comparação entre os objetivos, os meios propostos ou utilizados (nomeadamente, todas as despesas em que o Organismo Delegatário tenha efetivamente incorrido), os resultados previstos e os resultados obtidos, bem como os elementos do orçamento da ação. O nível de pormenor dos relatórios deve ser equivalente ao da descrição da ação.
- 2.5 O Organismo Delegatário deve apresentar um relatório de execução para cada período de doze meses a partir do início do período de implementação do Acordo. O Organismo Delegatário deve apresentar o relatório de execução no prazo de 60 dias após o final do período abrangido pelo relatório. Se o período de implementação não ultrapassar 12 meses, o Organismo Delegatário deve apresentar unicamente o relatório final.
- 2.6 O relatório de execução deve incluir, pelo menos, o seguinte:
 - a) Um resumo e o contexto da ação;
 - b) Um resumo da forma como foi executada cada atividade e informações sobre as medidas tomadas para identificar a União Europeia como fonte de financiamento, incluindo informações sobre as despesas efetivamente autorizadas e suportadas por atividade;
 - c) As dificuldades encontradas e medidas adotadas para ultrapassar os problemas;
 - d) As alterações introduzidas na execução;
 - e) As realizações/resultados, utilizando os indicadores estipulados no presente Acordo;

- f) Informações sobre as medidas de controlo e auditoria a que foi sujeito o próprio Organismo Delegatário, bem como sobre as medidas de controlo aplicadas aos parceiros de execução. No caso de ter sido realizada uma inspeção, um relatório sintético de inspeção, que indique o número e os resultados dos controlos no local e das auditorias já efetuados;
- g) Uma demonstração financeira geral que descreva a utilização dos fundos transferidos para o Organismo Delegatário;
- h) Um plano de trabalho para o período seguinte, que inclua uma definição dos objetivos e dos indicadores de resultados correspondentes. Caso o relatório seja transmitido após o final do período abrangido pelo programa de trabalho precedente, será necessário elaborar, antes dessa data, um novo programa de trabalho, mesmo provisório;
- i) Se for caso disso, um pedido de pagamento.

2.7 O Organismo Delegatário deve apresentar à Comissão, logo que possível e, o mais tardar, seis meses após o final do período de implementação do Acordo, um relatório final que sintetize a execução das diversas atividades previstas (discriminadas por operação no caso de a ação abranger mais de uma operação) e que preste contas sobre a utilização dos fundos transferidos para o Organismo Delegatário. Se o período de implementação do Acordo for inferior a 12 meses, o relatório final deve conter, para além das informações indicadas *infra*, no n.º 8, todas as informações mencionadas *supra*, no n.º 6 [à exceção das informações mencionadas nas alíneas h) e i)].

2.8 O relatório final deve incluir, pelo menos, o seguinte:

- a) Um resumo completo das receitas e contribuições recebidas e dos custos suportados, incluindo o montante total efetivamente pago pelo Organismo Delegatário ou pelos parceiros de execução a terceiros, o montante total da compensação financeira a título de custos administrativos e o total dos custos reais da assistência técnica prestada pelo Organismo Delegatário a terceiros, permitindo, deste modo, determinar o saldo total a recuperar pela Comissão junto do Organismo Delegatário;
- b) As medidas de controlo e auditoria a que o próprio Organismo Delegatário foi ou será sujeito, incluindo os parceiros de execução, acompanhadas, se necessário, de informações atualizadas sobre as medidas tomadas para solucionar os problemas identificados;
- c) Um quadro recapitulativo, indicando o montante final de cada subvenção ou contrato público;
- d) A descrição dos resultados obtidos com cada operação e seu impacto nos objetivos da ação, utilizando os indicadores estipulados no Acordo;
- e) Informações sobre as transferências de ativos mencionadas no artigo 7.º, n.º 3, se pertinente;
- f) Se for caso disso, um pedido de pagamento.

2.9 Os valores constantes dos relatórios devem ser expressos em euros. Se os requisitos contabilísticos do Organismo Delegatário e a legislação nacional impuserem a expressão noutra divisa dos valores indicados nas demonstrações financeiras e orçamentais, a conversão em euros, para efeitos dos relatórios deve efetuar-se à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento, publicada no *InforEuro*, em vigor no dia em que é efetuado o pagamento.

2.10 Se o Organismo Delegatário não apresentar um relatório final no prazo fixado no artigo 2.º, n.º 7, e não explicar, por escrito, por que é incapaz de cumprir esta obrigação, a Comissão poderá recusar pagar os montantes ainda não liquidados e proceder à cobrança dos montantes indevidamente pagos.

Além disso, sempre que o Organismo Delegatário não apresente um relatório de execução e um pedido de pagamento até ao final do prazo fixado no artigo 2.º, n.º 5, deve informar a Comissão das razões pelas quais não está em condições de o fazer e apresentar um resumo do estado de adiantamento da ação. Se o Organismo Delegatário não cumprir esta obrigação, a Comissão pode rescindir o Acordo, em conformidade com o disposto no artigo 12.º, n.º 2, alínea b), recusar pagar os montantes ainda não liquidados e proceder à cobrança dos montantes indevidamente pagos.

2.11 Além dos relatórios acima referidos, o Organismo Delegatário deve assegurar-se de que os relatórios e o balanço relativos ao adiantamento da ação, as publicações, os comunicados de imprensa e as atualizações relativos ao Acordo são comunicados à Comissão sempre que forem emitidos.

O Organismo Delegatário e a Comissão continuarão a envidar esforços para promover uma estreita colaboração e o intercâmbio de informações no âmbito da ação.

2.12 Em qualquer caso, o Organismo Delegatário deve informar imediatamente a Comissão de qualquer circunstância suscetível de entravar ou atrasar a execução da ação.

ARTIGO 3.º: RESPONSABILIDADE

3.1 O Organismo Delegatário é o único responsável pelo respeito das obrigações jurídicas que lhe incumbem nos termos do Acordo.

3.2 A Comissão não pode, em caso algum, seja qual for o motivo, ser considerada responsável por danos ou prejuízos sofridos pelo pessoal ou pelos bens do Organismo Delegatário durante a execução da ação ou em sua consequência. A Comissão não pode, portanto, aceitar qualquer pedido de indemnização ou de pagamento adicional por esse motivo.

3.3 O Organismo Delegatário é o único responsável perante terceiros, nomeadamente por danos ou prejuízos de qualquer tipo sofridos por estes em resultado da execução da ação. O Organismo Delegatário desvincula a Comissão de qualquer responsabilidade relacionada com eventuais reclamações ou ações judiciais resultantes da infração a leis ou regulamentações cometida pelo próprio Organismo Delegatário, pelos seus empregados ou pelas pessoas a seu cargo, bem como da violação dos direitos de terceiros.

ARTIGO 4.º: CONFLITO DE INTERESSES

- 4.1 O Organismo Delegatário compromete-se a adotar todas as precauções necessárias para evitar conflitos de interesses e a informar imediatamente a Comissão de qualquer situação suscetível de constituir ou conduzir a um conflito de interesses.
- 4.2 Existe conflito de interesses sempre que o exercício imparcial e objetivo das funções de um interveniente no âmbito do Acordo se encontre comprometido por motivos de ordem familiar ou afetiva, de afinidade política ou nacional, de interesse económico, ou por qualquer outro motivo de comunhão de interesses com outra parte.

ARTIGO 5.º: CONFIDENCIALIDADE

Sob reserva do estipulado no artigo 16.º, a Comissão e o Organismo Delegatário comprometem-se a manter a confidencialidade de qualquer documento, informação ou outro material diretamente relacionado com a execução do Acordo, que esteja devidamente classificado como confidencial. A Comissão deve ter acesso, mediante pedido, a todos estes documentos, informações ou material.

As Partes permanecem vinculadas por esta obrigação pelo menos sete (7) anos após o período de implementação, conforme estipulado no artigo 2.º das Condições Especiais.

ARTIGO 6.º: VISIBILIDADE E PUBLICAÇÃO *EX POST*

- 6.1 Salvo pedido ou acordo em contrário por parte da Comissão, o Organismo Delegatário deve adotar todas as medidas apropriadas para assegurar a visibilidade do financiamento da ação pela União Europeia. As informações comunicadas à comunicação social e aos beneficiários da ação, bem como todos os suportes publicitários, anúncios oficiais, relatórios e publicações devem mencionar o facto de a ação ter sido realizada «com financiamento da União Europeia» e incluir de forma apropriada o logótipo da União Europeia (doze estrelas amarelas sobre fundo azul). Essas medidas devem ser aplicadas em conformidade com o Manual de Comunicação e Visibilidade para as Ações Externas da União Europeia, elaborado e publicado pela Comissão.
- 6.2 Sempre que, no âmbito da ação, tenham sido adquiridos equipamentos, veículos ou material importante graças a fundos disponibilizados pela Comissão, é necessário indicar devidamente esse financiamento nos equipamentos, veículos ou material importante em causa, bem como o logótipo europeu (doze estrelas amarelas sobre fundo azul) de forma visível.
- 6.3 A referência à fonte de financiamento e o logótipo da União Europeia devem ser claramente visíveis, de modo a evitar qualquer confusão conducente à identificação da ação como sendo uma atividade do Organismo Delegatário ou da propriedade do equipamento e material como sendo do Organismo Delegatário.
- 6.4 Todas as publicações do Organismo Delegatário relativas à ação, independentemente da forma e do suporte utilizados, incluindo a Internet, devem incluir a seguinte declaração de exoneração de responsabilidade ou uma menção análoga: «O presente documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia».

- 6.5 As menções relativas às contribuições da União Europeia devem indicar o montante destas contribuições em euros (€ ou EUR), entre parênteses se necessário.
- 6.6 O Organismo Delegatário aceita que a Comissão publique, sob a forma e o suporte por ela escolhidos, incluindo nos seus sítios Internet, o nome e o endereço do Organismo Delegatário, o objetivo da contribuição, o montante contribuído e, se pertinente, a percentagem do cofinanciamento. Mediante pedido devidamente fundamentado do Organismo Delegatário, a Comissão pode aceitar renunciar a esta publicidade se a comunicação das informações acima referidas puder pôr em causa a segurança do Organismo Delegatário ou afetar negativamente os seus interesses.
- 6.7 O Organismo Delegatário deve realizar controlos regulares, pelo menos uma vez por ano, a fim de verificar se os requisitos relacionados com a visibilidade da ação são devidamente respeitados.
- 6.8 Tendo em devida conta as regras aplicáveis em matéria de confidencialidade, segurança e proteção de dados pessoais, o Organismo Delegatário deve publicar anualmente, incluindo por meios eletrónicos como a Internet, as seguintes informações sobre cada subvenção e contrato financiados pela União Europeia: designação do contrato/projeto, nome, endereço e nacionalidade do contratante ou do beneficiário da subvenção e o montante da subvenção ou do contrato.
- 6.9 O Organismo Delegatário assegura que a obrigação de publicar estas informações também se aplica aos seus parceiros de execução, nos termos do artigo 1.º, n.º 5, no que diz respeito aos seus próprios contratos de subvenção e contratos públicos financiados pela União Europeia. O Organismo Delegatário deve apresentar à Comissão o endereço do sítio Internet onde figuram tais informações e autorizar a Comissão a publicar esse endereço no sítio Internet adequado da Comissão.
- 6.10 O Organismo Delegatário aceita que a Comissão transmita à autoridade orçamental da União Europeia as informações relativas à subvenção ou subvenções e aos contratos adjudicados no âmbito do Acordo, bem como as informações relativas ao próprio Organismo Delegatário.

ARTIGO 7.º: PROPRIEDADE DOS RESULTADOS

- 7.1 A propriedade, os títulos e os direitos de propriedade industrial e intelectual dos resultados da ação, bem como dos relatórios e outros documentos relativos a esta última, serão atribuídos ao Organismo Delegatário, se for caso disso juntamente com terceiros, ou como acordado com o Organismo Delegatário.
- 7.2 Sem prejuízo do disposto no n.º 1, e sob reserva do disposto no artigo 5.º, o Organismo Delegatário deve conceder a terceiros, e atuar de modo a garantir que os terceiros em questão (parceiro de execução, beneficiário de subvenção ou contratante), concedem à Comissão o direito de utilizar gratuitamente e da forma que considerar conveniente os resultados da ação, qualquer que seja a sua forma, na condição de respeitar os direitos de propriedade industrial e intelectual já existentes.
- 7.3 Salvo disposição em contrário nas Condições Especiais, os equipamentos, veículos e materiais fornecidos no âmbito da ação executada no âmbito do Acordo devem ser transferidos para as autoridades locais ou parceiros de execução (com exceção dos contratantes comerciais) ou para os beneficiários finais da ação o mais tardar aquando da apresentação do relatório final. Os documentos comprovativos dessas transferências

devem ser apresentados juntamente com o relatório final, em conformidade com o disposto no artigo 2.º.

ARTIGO 8.º: AVALIAÇÃO

- 8.1 Os representantes da Comissão devem ser convidados a participar nas principais atividades de acompanhamento e nas missões de avaliação dos resultados da ação. Os resultados destas missões de avaliação devem ser comunicados à Comissão pelo Organismo Delegatário.
- 8.2 O artigo 8.º, n.º 1, aplica-se sem prejuízo de qualquer missão de avaliação que a Comissão deseje efetuar nessa qualidade. As missões de avaliação dos representantes da Comissão devem ser planeadas e realizadas num espírito de colaboração entre o Organismo Delegatário e os representantes da Comissão, tendo em conta o compromisso assumido pelas Partes de assegurar uma execução eficaz e racional do Acordo. Estas missões devem ser planeadas antecipadamente e os aspetos processuais devem ser decididos previamente pela Comissão e pelo Organismo Delegatário. A Comissão deve transmitir ao Organismo Delegatário o projeto de relatório elaborado durante a missão de avaliação, para que este formule as suas observações antes da publicação do relatório final.

ARTIGO 9.º: ALTERAÇÃO DO ACORDO

- 9.1 Qualquer alteração do Acordo, incluindo os respetivos anexos, deve ser efetuada por escrito e objeto de uma adenda ao Acordo.
- 9.2 Qualquer pedido de alteração do Acordo, incluindo os seus anexos, ou qualquer alteração que tenha repercussões na execução do Acordo, como a prorrogação do período de implementação do Acordo ou a suspensão total ou parcial da execução da ação, conforme previsto no artigo 11.º, devem ser notificados por escrito por uma Parte à outra Parte.
- 9.3 Salvo disposição em contrário do Acordo, se o pedido de alteração emanar do Organismo Delegatário, este deve apresentá-lo à Comissão um mês antes da data prevista para a entrada em vigor da alteração, exceto em circunstâncias especiais devidamente justificadas pelo Organismo Delegatário e aceites pela Comissão.
- 9.4 Se uma alteração à descrição da ação e/ou ao orçamento não afetar o objetivo essencial da ação e se a incidência financeira se limitar a uma transferência no interior de uma mesma rubrica orçamental, nomeadamente a supressão ou a introdução de um artigo, ou a uma transferência entre rubricas orçamentais que implique uma variação (eventualmente em termos cumulativos) inferior ou igual a 15 % do montante inicialmente inscrito (ou modificada por adenda) em cada rubrica, o Organismo Delegatário pode alterar o orçamento, devendo informar a Comissão desse facto por escrito. Este método não pode ser utilizado para alterar as rubricas relativas às despesas administrativas.
- 9.5 As alterações de endereço e as alterações de conta bancária podem ser objeto de uma simples notificação por escrito à Comissão. Sempre que aplicável, as alterações da conta bancária devem ser especificadas no pedido de pagamento que figura no anexo VII, utilizando a ficha de identificação financeira da Comissão no anexo VI.

ARTIGO 10.º: ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS E BASE DE DADOS CENTRAL SOBRE AS EXCLUSÕES

10.1 Os candidatos, proponentes ou requerentes de subvenção devem ser excluídos da participação em procedimentos de adjudicação de contratos e procedimentos de concessão de subvenções nos seguintes casos:

- a) Se se encontrarem em situação de falência ou forem objeto de um processo de falência, de liquidação, de concordata de credores, de cessação de atividade, se estiverem sob administração judicial ou sujeitos a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património, ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza, nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- b) Se tiverem sido condenados por sentença transitada em julgado por qualquer infração que afete a sua honorabilidade profissional;
- c) Se tiverem sido condenados, por sentença transitada em julgado, por fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, por corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997, por envolvimento em atividades de uma organização criminosa, definida no artigo 2.º da Ação Comum 98/733/JAI do Conselho, ou por qualquer outra atividade ilegal que prejudique os interesses financeiros da União Europeia;
- d) Se forem culpados de falsas declarações na prestação das informações pedidas como condição de participação no processo ou de não-prestação dessas informações;
- e) Se se encontrarem em situação de conflito de interesses.

Se um candidato, proponente ou requerente se encontrar numa das situações de exclusão referidas *supra* ou se um contratante tiver sido considerado culpado de declarações falsas, tiver cometido erros graves, irregularidades ou fraude, ou lhe for imputável um incumprimento grave das suas obrigações contratuais, deve o Organismo Delegatário informar a Comissão desse facto.

Sem prejuízo da possibilidade de a Comissão Europeia excluir uma entidade de futuros contratos e subvenções financiados pela UE, nos termos do Regulamento Financeiro aplicável ao Orçamento Geral da União Europeia e das disposições correspondentes aplicáveis ao Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), o Organismo Delegatário pode, nos termos da legislação nacional aplicável e de um processo contraditório que assegure aos contratantes o direito de defesa, impor a estes as sanções financeiras a que se referem o artigo 103.º daquele regulamento financeiro e o artigo 99.º do Regulamento Financeiro do 10.º FED.

10.2 O mais tardar antes da decisão de adjudicação de contrato ou de concessão de subvenção, o Organismo Delegatário deve verificar, em conformidade com uma das modalidades indicadas no anexo IV, que o terceiro em causa (requerente de subvenção, candidato ou proponente, incluindo os parceiros) não consta da base de dados central sobre as exclusões, instituída pelo Regulamento (CE, Euratom)

n.º 1302/2008 da Comissão, de 17 de dezembro de 2008, relativo à base de dados central sobre as exclusões (JO L 344 de 20.12.2008, p. 12) («base de dados central sobre as exclusões»), por uma das razões enumeradas no n.º 1. Caso o Organismo Delegatário não tenha em conta essas informações aquando da adjudicação do contrato com a entidade adjudicante em causa, as respetivas despesas não serão consideradas elegíveis, em conformidade com o disposto no artigo 14.º. No caso de a ação ser cofinanciada, a obrigação estipulada no presente número deve ser considerada satisfeita, desde que os montantes contribuídos pelos outros doadores para a ação sejam suficientes para cobrir os montantes que não são elegíveis de acordo com as regras da União Europeia.

- 10.3 Se tal estiver previsto no artigo 4.º-A das Condições Especiais, o Organismo Delegatário deve ter acesso direto à base de dados central sobre as exclusões. No anexo IV são indicadas disposições pormenorizadas relativas à base de dados central sobre as exclusões.
- 10.4 O Organismo Delegatário deve informar o seu ponto de ligação («ponto de ligação»), nos termos do estipulado nos anexos IV e V, de qualquer decisão proferida após 1 de janeiro de 2009 com força de caso julgado de que tenha conhecimento – em qualquer fase de adjudicação de contratos, de concessão de subvenções ou da execução –, por fraude, corrupção, envolvimento numa organização criminosa ou qualquer outra atividade ilegal que prejudique os interesses financeiros da União Europeia, contra qualquer das seguintes entidades: candidatos, proponentes, requerentes de subvenção e respetivos subcontratantes; contratantes, fornecedores, prestadores de serviços e respetivos subcontratantes; beneficiários de subvenções, respetivos contratantes e as entidades que recebem apoio financeiro.
- 10.5 Caso a ação seja cofinanciada pelo Organismo Delegatário e/ou por outros doadores, a origem dos produtos e a nacionalidade das organizações, empresas e peritos selecionados para a execução de atividades no âmbito da ação devem ser determinadas em conformidade com as regras pertinentes do Organismo Delegatário. Em qualquer caso, são igualmente elegíveis os bens, organizações, empresas e peritos que sejam elegíveis em conformidade com as disposições regulamentares aplicáveis da União Europeia. Excecionalmente, se a ação for integralmente financiada pela União Europeia, os parceiros, os contratantes, os peritos e os bens devem ser originários da União Europeia ou do país ou países elegíveis ao abrigo do programa do qual faz parte a ação. Qualquer derrogação às regras de origem e da nacionalidade acima definidas está subordinada às disposições específicas relativas às exceções do quadro de regulamentação aplicável da União Europeia.

ARTIGO 11.º: PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO, SUSPENSÃO E FORÇA MAIOR

- 11.1 O período de implementação do Acordo é definido no artigo 2.º das Condições Especiais.
- 11.2 Os contratos públicos e contratos de subvenção para execução da Ação nos termos do Acordo devem ser celebrados em conformidade com o artigo 2.º, n.º 5, das Condições Especiais. O prazo contratual aplica-se igualmente aos contratos públicos e contratos de subvenção assinados pelos parceiros de execução. Decorrido o prazo contratual, e até à apresentação do relatório final, só podem ser celebrados contratos relativos a auditorias finais, avaliações e atividades de encerramento e os celebrados após a cessação antecipada de um contrato anterior.

- 11.3 Em casos excepcionais e devidamente justificados, pode ser apresentado um pedido de prorrogação do período de implementação, em conformidade com o estipulado no artigo 9.º.
- 11.4 O prazo estipulado no artigo 2.º, n.º 5, das Condições Especiais, aplicável à celebração de contratos públicos e contratos de subvenção para execução da Ação nos termos do Acordo, não pode ser prorrogado.
- 11.5 O Organismo Delegatário pode suspender sem demora a execução da totalidade ou de parte da ação se as circunstâncias o exigirem, em especial em caso de força maior, na condição de informar a Comissão imediatamente e de fornecer todos os pormenores necessários, bem como a data previsível do recomeço da execução. O Acordo pode ser rescindido em conformidade com o disposto no artigo 12.º, n.º 1. Se o Acordo não for rescindido, o Organismo Delegatário deve procurar reduzir ao mínimo o período de suspensão e retomar a execução da ação logo que se encontrem reunidas as condições necessárias, informando desse facto a Comissão.
- 11.6 A Comissão pode pedir ao Organismo Delegatário que suspenda a execução da totalidade ou de parte da ação se as circunstâncias o exigirem, nomeadamente em caso de força maior. O Acordo pode ser rescindido nos termos do artigo 12.º, n.º 1. Se o Acordo não for rescindido, o Organismo Delegatário deve procurar reduzir ao mínimo o período de suspensão e retomar a execução da ação logo que se encontrem reunidas as condições necessárias, mediante acordo prévio, por escrito, da Comissão.
- 11.7 O período de implementação do Acordo é automaticamente prorrogado por um período equivalente à duração da suspensão. Esta disposição não prejudica eventuais alterações do Acordo que possam revelar-se necessárias para adaptar a ação às novas condições de execução ou ao artigo 12.º, n.º 1.
- 11.8 Entende-se por força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excepcional, independente da vontade das Partes e não imputável a falta ou negligência de uma delas (nem de nenhum dos seus parceiros de execução, contratantes, agentes ou empregados), que impeça o cumprimento por uma delas das obrigações que lhe incumbem por força do Acordo, e que não tenha podido ser evitado apesar das diligências empreendidas. Os defeitos de equipamento ou de material ou atrasos na respetiva disponibilização, conflitos laborais, greves ou problemas financeiros não podem ser invocados como casos de força maior. Nenhuma das Partes pode ser considerada responsável pelo incumprimento das suas obrigações decorrentes do Acordo se tal incumprimento se dever a um caso de força maior. Sem prejuízo do estipulado nos n.ºs 5 e 6, a Parte que invoca um caso de força maior deve comunicar sem demora esse facto à outra parte, precisando a sua natureza, a duração provável e os efeitos previsíveis de tal situação, e adotar todas as medidas necessárias para reduzir ao mínimo as eventuais consequências.

ARTIGO 12.º: RESCISÃO DO ACORDO

- 12.1 Se, num determinado momento, uma das Partes considerar que já não é possível concretizar, de forma eficaz e adequada, os objetivos do Acordo, deve consultar a outra parte. Caso não cheguem a acordo sobre uma solução, qualquer uma das Partes pode rescindir o Acordo mediante um pré-aviso por escrito de dois meses. Neste caso, o Organismo Delegatário só terá direito ao pagamento da contribuição dos fundos correspondentes à parte da ação executada, bem como ao reembolso dos compromissos por ele assumidos antes da notificação por escrito à outra Parte da

denúncia do Acordo e aos quais, por motivos legais, não possa razoavelmente pôr termo. A parte da contribuição relativa às atividades ainda não executadas ou à parte não executada de certas atividades é recuperada pela Comissão, em conformidade com o estipulado nos artigos 17.º e 18.º.

12.2 A Comissão pode igualmente decidir pôr termo ao Acordo nas circunstâncias seguintes:

- a. No caso uma alteração jurídica, técnica ou organizativa que afete de forma substancial as condições e obrigações estabelecidas no artigo 1.º;
- b) Se o Organismo Delegatário não cumprir uma das obrigações substanciais que lhe incumbem nos termos do disposto no Acordo, incluindo os seus anexos, e, depois de notificado por escrito para cumprir, continuar a não cumprir ou se não apresentar uma explicação satisfatória no prazo de 30 dias a contar da data de envio da carta;
- c) Se o Organismo Delegatário não der cumprimento ao artigo 1.º, n.ºs 4 e 6, ou ao artigo 4.º;
- d) Se o Organismo Delegatário for objeto de uma declaração de falência, de um processo de liquidação ou de um processo semelhante;
- e) Se o Organismo Delegatário cometer uma falta grave em matéria profissional, comprovada por qualquer meio justificado;
- f) Se o Organismo Delegatário fizer declarações falsas ou apresentar relatórios não conformes com a realidade para obter financiamento ou conservar indevidamente os fundos colocados à sua disposição;
- g) Se o Organismo Delegatário, intencionalmente ou por negligência, cometer uma irregularidade substancial na execução do Acordo, ou em caso de fraude, corrupção ou qualquer outra atividade ilegal do Organismo Delegatário, que atente contra os interesses financeiros da União Europeia. Constitui uma irregularidade substancial qualquer violação de uma disposição de um acordo ou regulamento resultante de um ato ou de uma omissão do Organismo Delegatário que tenha ou possa ter como efeito a perda dos fundos transferidos no âmbito do Acordo,

a Comissão iniciará discussões com o Organismo Delegatário e, caso não seja encontrada uma solução aceitável no prazo de um mês, pode rescindir o Acordo com uma antecedência de sete dias, sem obrigação de indemnizar o Organismo Delegatário. Nesse caso, a Comissão pode exigir o reembolso integral ou parcial dos eventuais montantes indevidamente pagos, após ter permitido que o Organismo Delegatário apresente as suas observações.

12.3 Por antecipação ou em alternativa à rescisão do Acordo prevista no n.º 2, a Comissão pode suspender os pagamentos ou contestar a elegibilidade das despesas, a título cautelar, disso devendo informar imediatamente o Organismo Delegatário.

12.4 Um contrato público ou uma convenção de subvenção que não tenham dado lugar a nenhum pagamento no prazo de três anos após a sua assinatura são automaticamente

rescindidos e o seu financiamento é imediatamente recuperado pela Comissão em conformidade com o estipulado no artigo 18.º.

- 12.5 As obrigações de pagamento da União Europeia decorrentes do presente Acordo terminam 18 meses após o termo do período de implementação fixado no artigo 2.º das Condições Especiais, a menos que o Acordo seja rescindido anteriormente, nos termos do presente artigo.

A Comissão deve notificar o Organismo Delegatário de qualquer adiamento da data de conclusão. A Comissão adiará a data de conclusão, para poder cumprir as suas obrigações de pagamento, sempre que o Organismo Delegatário tenha apresentado o seu pedido de pagamento em conformidade com as disposições contratuais ou, em caso de litígio, até ao termo do processo de resolução do litígio previsto no artigo 13.º.

ARTIGO 13.º: LEI APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

- 13.1 O presente Acordo rege-se pelo direito da União Europeia, completado, se necessário, pelas disposições pertinentes do direito belga.
- 13.2 As Partes empenham-se em resolver amigavelmente os eventuais litígios ou reclamações relacionados com a interpretação, aplicação ou cumprimento do Acordo, designadamente no que se refere à sua existência, validade ou denúncia. Caso não seja possível uma resolução amigável, qualquer das Partes pode submeter a questão ao Tribunal Geral da União Europeia e, em caso de recurso, ao Tribunal de Justiça da União Europeia.

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO 14.º: CUSTOS ELEGÍVEIS

- 14.1 São considerados custos diretos elegíveis no âmbito do presente Acordo, os custos que satisfaçam os seguintes critérios:

- a) Serem necessários à execução da ação, estarem especificamente previstos no Acordo e satisfazerem os princípios de boa gestão financeira, nomeadamente de economia e de relação custo/eficácia;
- b) Terem sido efetivamente suportados no decurso do período de implementação, como definido no artigo 2.º das Condições Especiais, no que se refere às atividades principais, qualquer que seja o momento de desembolso efetivo por parte do Organismo Delegatário, em particular:
 - i) os custos respeitantes a serviços e obras realizados corretamente devem estar relacionados com atividades desenvolvidas durante o período de implementação, os custos respeitantes a fornecimentos devem estar relacionados com a entrega e instalação de produtos durante o período de implementação. As transferências de dinheiro entre o Organismo Delegatário e os seus parceiros de execução, assinatura de contratos, encomendas ou compromissos para realização futura de serviços, obras ou fornecimentos assumidos antes ou após o período de implementação não satisfazem, conseqüentemente, este requisito,

- ii) os custos suportados devem ser pagos antes da apresentação dos relatórios finais, exceto se se tratar de ações financiadas conjuntamente por vários doadores. Estes custos podem ser pagos posteriormente, desde que sejam indicados no relatório final, juntamente com a data prevista para o pagamento,
 - iii) excetuam-se desta disposição os custos relativos aos relatórios finais, incluindo verificação das despesas, auditoria e avaliação final da Ação, nos quais o Beneficiário pode incorrer após o período de implementação da Ação,
 - iv) os processos de adjudicação de contratos, a que se refere o artigo 10.º, podem ter sido iniciados e os contratos celebrados pelo Organismo Delegatário e seus parceiros de execução antes do início do período de implementação da Ação;
- c) Terem sido lançados na contabilidade do Organismo Delegatário ou dos seus parceiros de execução, serem identificáveis, devidamente comprovados por documentos originais (se for caso disso, em formato eletrónico) e controláveis, em conformidade com o estipulado no artigo 16.º, n.º 3.

14.2 Sob reserva das disposições anteriores e sem prejuízo do disposto no artigo 10.º, são elegíveis, nomeadamente, os seguintes custos diretos:

- a) No caso de subvenções: financiamento concedido aos beneficiários das subvenções, com base nos documentos comprovativos;
- b) No caso de contratos públicos: custos em que os contratantes incorreram, com base nos documentos comprovativos;
- c) No caso de assistência técnica adicional prestada pelo Organismo Delegatário a terceiros pelos seus próprios meios, conforme previsto *supra*, no artigo 14.º, n.º 2, última linha: os custos do pessoal afetado à ação, correspondentes aos salários reais, acrescidos dos encargos sociais e de outros custos associados à remuneração, despesas de viagem e de estada do pessoal que participa na ação, com base nos documentos comprovativos;
- d) Custos decorrentes diretamente do presente Acordo (difusão de informações, avaliação específica da ação, comunicação específica das necessidades à Comissão, tradução, etc.), incluindo custos dos serviços financeiros (em particular, comissões bancárias cobradas pelas transferências);
- e) Impostos, direitos e encargos, incluindo o IVA, pagos e que o Organismo Delegatário (ou, se aplicável, seus parceiros) não possa recuperar, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.

14.3 Não são considerados elegíveis, independentemente de serem ou não apresentados como relacionados com a ação, os seguintes custos:

- a) Dívidas e encargos do serviço das dívidas;

- b) Provisões por perdas ou dívidas futuras eventuais;
- c) Juros devidos pelo Organismo Delegatário a terceiros;
- d) Custos já financiados a partir de outras fontes;
- e) Compra de terrenos ou de edifícios;
- f) Perdas cambiais.

14.4 O Organismo Delegatário pode reclamar, a título de custos indiretos, uma percentagem fixa dos custos diretos elegíveis, que não exceda 7 %, a fim de cobrir as despesas administrativas gerais em que tenha incorrido por causa da ação. Esta percentagem será fixada no artigo 3.º, n.º 3, das Condições Especiais.

Sem prejuízo das disposições anteriores, para ações comparáveis e ações para as quais exista mais do que um doador, o montante recuperado não pode ser superior nem inferior, em percentagem, ao montante recuperado no caso de outras contribuições comparáveis.

Os custos indiretos são elegíveis se não incluírem custos abrangidos por outra rubrica do orçamento do presente Acordo. Exceto no que diz respeito à assistência técnica adicional prestada pelo Organismo Delegatário, as despesas gerais administrativas do Organismo Delegatário e dos parceiros de execução são exclusivamente abrangidas pela percentagem de despesas indiretas.

Os custos indiretos não são elegíveis se o Acordo contemplar o financiamento de uma ação realizada por um Organismo Delegatário que já beneficie de uma subvenção de funcionamento por parte da União Europeia durante o período em causa.

ARTIGO 15.º: PAGAMENTOS

15.1 As condições de pagamento estipuladas no artigo 4.º das Condições Especiais obedecem a uma das opções seguintes:

Opção 1: Nos casos em que o período de implementação da ação não excede 12 meses

A Comissão transferirá um pré-financiamento de 100 % do montante refletido no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais, no prazo de 30 dias a contar da receção do Acordo assinado por ambas as Partes.

Opção 2: Nos casos em que o período de implementação do Acordo é superior a 12 meses

A Comissão transferirá um pré-financiamento de 100 % da parte da Comissão do orçamento previsto para os primeiros 12 meses da ação no prazo de 30 dias a contar da receção do Acordo assinado por ambas as Partes.

Cada parcela suplementar constituirá um pré-financiamento de 100 % da parte da Comissão no orçamento previsto para o período de doze meses subsequente (ou o período restante, se este for mais curto), que é por ele financiado. Essa parcela deve ser paga pela Comissão no prazo de 45 dias a contar da aprovação do relatório de execução e acompanhada de um pedido de pagamento do Organismo Delegatário em conformidade com o modelo que figura no anexo VII, desde que, pelo menos, 70 % do

pagamento imediatamente anterior (e 100 % de todos os pagamentos anteriores, se for caso disso) tenha sido objeto de um compromisso formal entre o Organismo Delegatário ou seus parceiros de execução e terceiros, como demonstrado pelo relatório pertinente.

O pagamento final relacionar-se-á exclusivamente com custos associados às auditorias e avaliação finais, assim como às atividades de encerramento, suportados entre o fim do período de implementação e a apresentação do relatório final. A Comissão deve pagar o saldo no prazo de 45 dias a contar da data de aprovação do relatório final.

- 15.2 Os relatórios consideram-se aprovados no prazo de 45 dias a contar da data da sua receção, acompanhados de um pedido de pagamento em conformidade com o modelo que figura no anexo VII, se a Comissão se não manifestar durante esse prazo.

Se a Comissão não tencionar aprovar um relatório que lhe foi apresentado, deve enviar ao Organismo Delegatário um pedido fundamentado no qual especifique as informações complementares que devem ser-lhe facultadas no decurso do primeiro período de 45 dias. O prazo para a aprovação do relatório será suspenso até à receção das informações pedidas. Se a Comissão considerar que um pedido de pagamento não é admissível, deve enviar ao Organismo Delegatário um pedido no qual exponha as suas razões e especifique as informações complementares que devem ser-lhe facultadas no decurso do segundo período de 45 dias. O prazo de pagamento será suspenso até à data de registo de um pedido de pagamento devidamente formulado. Os pedidos de pagamento conformes ao modelo que figura no anexo VII consideram-se aprovados pela Comissão 45 dias após a data de aprovação do relatório pela Comissão, conforme previsto no n.º 1.

Os relatórios devem ser apresentados em conformidade com o artigo 2.º.

A aprovação de um relatório não implica o reconhecimento da sua regularidade, nem do carácter autêntico, completo e correto das declarações e informações nele contidas.

- 15.3 Os pagamentos da Comissão consideram-se efetuados na data em que são debitados nas suas contas. Caso o Organismo Delegatário esteja estabelecido num Estado não-Membro da União Europeia, terminado o prazo de pagamento especificado no artigo 15.º, n.º 1, pode, no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento em atraso, reclamar juros à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento, publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*, série C, no primeiro dia do mês em que o pagamento era devido, acrescida de três pontos e meio percentuais.

Devem ser pagos juros correspondentes ao período decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo de pagamento até ao dia do pagamento. Os eventuais pagamentos parciais devem ser imputados primeiramente ao pagamento dos juros de mora.

Os juros não são considerados uma receita para efeitos da determinação do montante final do financiamento da União Europeia, na aceção do artigo 17.º. A suspensão de pagamento pela Comissão não pode ser considerada um atraso de pagamento.

- 15.4 A Comissão efetuará os pagamentos em euros na conta bancária indicada na ficha de identificação financeira do anexo VI. Se o pagamento for depositado numa conta bancária já conhecida da Comissão, o Organismo Delegatário pode facultar uma cópia da ficha de identificação financeira em causa.

15.5 Se possível, os fundos pagos pela Comissão devem ser conservados em contas bancárias expressas em euros, podendo ser depositados conjuntamente com as contribuições provenientes de outros doadores. Podem também ser convertidos noutras moedas, para facilitar o seu desembolso.

15.6 Se possível, a conta bancária em que são efetuados os pagamentos vencerá juros ou proporcionará benefícios equivalentes identificáveis.

Se o Organismo Delegatário estiver estabelecido num Estado-Membro da União Europeia, aplicar-se-ão as regras e os procedimentos do Organismo Delegatário relativos aos juros bancários ou benefícios equivalentes e será assegurada a igualdade de tratamento entre os doadores.

Nos restantes casos, os eventuais juros ou benefícios equivalentes auferidos pelo Organismo delegatário, provenientes de fundos recebidos da Comissão devem ser identificados como tal e contabilizados nos relatórios de execução e final referidos no artigo 2.º. Nesses casos:

- a) Para os pré-financiamentos de montante igual ou inferior a 250 000 EUR (ou, relativamente à gestão de crises, igual ou inferior a 750 000 EUR por acordo no final de cada exercício financeiro e para projetos de duração superior a 12 meses), os juros ou benefícios equivalentes gerados por esses pré-financiamentos não são devidos à Comissão;
- b) Para os pré-financiamentos de montante superior ao acima indicado e inferior a 750 000 EUR (exceto no caso da gestão de crises), os juros ou benefícios equivalentes gerados por esses pré-financiamentos devem ser imputados à ação e deduzidos do pagamento do saldo final devido ao Organismo Delegatário, a menos que a Comissão lhe peça o reembolso desses juros antes do pagamento do saldo;
- c) Para os pré-financiamentos superiores a 750 000 EUR por acordo, o montante de juros ou benefícios equivalentes gerados é recuperado pela Comissão no final de cada exercício financeiro para cada período coberto pelo relatório subsequente à execução do Acordo.

ARTIGO 16.º: CONTAS, CONTROLO TÉCNICO E FINANCEIRO

16.1 O Organismo Delegatário deve manter registos e contas rigorosos e sistemáticos relativos à execução da ação. Devem ser conservadas contas ou subcontas distintas para cada ação que permitam:

- a) Identificar os fundos transferidos pela Comissão e, se aplicável, juros associados ou benefícios equivalentes;
- b) Dar informações pormenorizadas sobre todas as receitas e despesas;
- c) Identificar e controlar as operações efetuadas com terceiros.

A Comissão aceita que as regras e procedimentos contabilísticos do Organismo Delegatário sejam aplicáveis.

16.2 A Comissão aceita que as operações financeiras e as demonstrações financeiras sejam sujeitas aos processos de auditoria interna e externa previstos na regulamentação

financeira e nas regras e diretivas do Organismo Delegatário. Este último deve transmitir à Comissão uma cópia das demonstrações financeiras, objeto de auditoria prévia.

- 16.3 O Organismo Delegatário deve, durante um período mínimo de sete anos a contar da data de aprovação do relatório final e até à data de prescrição de eventuais ações judiciais, em conformidade com a legislação aplicável ao Acordo e quaisquer contratos públicos ou contratos de subvenção celebrados no âmbito do Acordo:
- a) Permitir que a Comissão, o OLAF e o Tribunal de Contas, ou qualquer outro representante autorizado pela Comissão realize controlos documentais e no local sobre a utilização dos fundos da União Europeia no âmbito do Acordo (incluindo os procedimentos para a adjudicação de contratos públicos e contratos de subvenção) e proceda a uma auditoria completa, se necessário, com base em documentos contabilísticos comprovativos e quaisquer outros documentos relativos ao financiamento da ação;
 - b) Possibilitar à Comissão, ao OLAF, ao Tribunal de Contas e a qualquer outro organismo externo qualificado autorizado pela Comissão a realização desses controlos de todos os documentos originais ou, em casos excecionais devidamente justificados, das cópias autenticadas dos documentos originais relativos ao Acordo e de quaisquer contratos públicos ou contratos de subvenção no âmbito do Acordo.
- 16.4 O Organismo Delegatário reconhece ao OLAF o direito de proceder a controlos e verificações no local, segundo os procedimentos previstos pela legislação da União Europeia para a proteção dos interesses financeiros da União Europeia contra a fraude e outras irregularidades.
- 16.5 Para o efeito, o Organismo Delegatário compromete-se a permitir aos funcionários da Comissão, do OLAF e do Tribunal de Contas, bem como às pessoas por eles mandatadas, o acesso aos locais e instalações onde são realizadas as ações financiadas no âmbito do Acordo, incluindo aos respetivos sistemas informáticos, bem como o acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira dessas ações, e a tomar todas as medidas destinadas a facilitar essa tarefa. O acesso das pessoas mandatadas pela Comissão, pelo OLAF e pelo Tribunal de Contas obedece a condições de estrita confidencialidade no que diz respeito a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que estão sujeitas. Os documentos devem estar acessíveis e classificados de forma a permitir um controlo fácil, sendo o Organismo Delegatário obrigado a informar a Comissão, o OLAF ou o Tribunal de Contas do local exato onde estão guardados.
- 16.6 O Organismo Delegatário é informado sobre a realização das missões efetuadas no terreno pelas pessoas mandatadas pela Comissão, pelo OLAF ou pelo Tribunal de Contas.

ARTIGO 17.º: MONTANTE FINAL

- 17.1 A aprovação pela Comissão do relatório final do Organismo Delegatário determina o montante definitivo dos fundos devidos ao referido organismo. Quando a Comissão aprovar o relatório final, encerrará as contas, determinará o montante final dos fundos devidos ao Organismo Delegatário e o eventual saldo a recuperar, sem prejuízo do estipulado no artigo 16.º.

- 17.2 O montante final corresponde à diferença entre o montante total de fundos pagos pela Comissão ao Organismo Delegatário e os custos totais elegíveis em que este último incorreu, em conformidade com o estipulado no artigo 14.º.
- 17.3 O montante total final a pagar pela Comissão ao Organismo Delegatário não pode exceder a contribuição máxima estabelecida no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais, mesmo se os custos totais elegíveis suportados excederem o orçamento total estimado, constante do anexo III.
- 17.4 No caso de os custos totais elegíveis no final da ação serem inferiores ao custo total estimado indicado no artigo 3.º, n.º 1, das Condições Especiais, a contribuição da União Europeia pode limitar-se ao montante resultante da multiplicação do total dos custos elegíveis pela percentagem fixada no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais.

Se for provável que a percentagem ou percentagens estabelecidas no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais se alterem no decurso da execução, o Organismo Delegatário deve consultar sem demora a Comissão, de modo a chegar a acordo sobre as medidas apropriadas, em conformidade com o disposto no artigo 9.º.

- 17.5 O Organismo Delegatário aceita que a contribuição da União Europeia se limite ao montante necessário para equilibrar as receitas e as despesas da ação e que não possa, em caso algum, proporcionar-lhe um excedente.

No caso de fundos remanescentes, e sempre que as demonstrações financeiras do Organismo Delegatário não forem expressas em euros, este deve especificar no relatório final o montante do saldo positivo na sua moeda, juntamente com o montante estimado em euros, e onde pode ser consultada a taxa de câmbio por ele aplicada. Este montante é convertido em euros, utilizando a taxa de câmbio do Organismo Delegatário em vigor no dia em que é estabelecida a ordem de cobrança interna da Comissão, cujo montante se refletirá posteriormente na nota de débito enviada ao Organismo Delegatário. O montante equivalente em euros resultante deve ser, em seguida, reembolsado à Comissão. Esta disposição não se aplica às taxas de câmbio utilizadas nos relatórios.

- 17.6 A Comissão deve informar o Organismo Delegatário da aprovação do relatório final, especificando, se for caso disso, o montante que tenciona recuperar. O Organismo Delegatário dispõe de um prazo de 45 dias para apresentar eventuais observações. Se, terminado o prazo, não tiver apresentado observações sobre o cálculo acima mencionado e/ou a base de cálculo do montante a recuperar, a Comissão emitirá uma ordem de cobrança, que se refletirá posteriormente na nota de débito que é enviada ao Organismo Delegatário e que este se compromete a executar nas condições e no prazo fixados no artigo 18.º.
- 17.7 Qualquer montante pago em excesso pela Comissão ao Organismo Delegatário é recuperado em conformidade com o disposto no artigo 18.º.
- 17.8 Caso a ação seja suspensa ou não seja concluída durante o período de implementação do Acordo, os saldos existentes após o pagamento de todas as dívidas contraídas no decurso deste período, incluindo os juros eventualmente recebidos, devem ser reembolsados à Comissão.
- 17.9 Em caso de não-execução, de execução incorreta ou de execução parcial ou tardia da ação, e sem prejuízo do seu direito de rescindir o Acordo em conformidade com o

artigo 12.º, n.º 2, a Comissão pode, após ter dado ao Organismo Delegatário a oportunidade de apresentar as suas observações, e sem prejuízo do estipulado no artigo 13.º, reduzir a contribuição em função da realização efetiva da ação nas condições previstas no Acordo.

ARTIGO 18.º RECUPERAÇÃO

- 18.1 Sempre que se justifique proceder a uma recuperação, o Organismo Delegatário deve reembolsar a Comissão em euros no prazo de 45 dias a contar da emissão de uma carta (nota de débito), pela qual a Comissão reclame ao Organismo Delegatário os montantes pagos em excesso em relação ao montante final devido.
- 18.2 Os pagamentos do Organismo Delegatário consideram-se efetuados na data em que são debitados na sua conta. Caso o Organismo Delegatário não proceda ao reembolso no prazo fixado, o montante por ele devido vencerá juros à taxa indicada no artigo 15.º, n.º 3. Os juros correspondem ao período decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo de pagamento até ao dia do pagamento. Os eventuais pagamentos parciais devem ser imputados primeiramente ao pagamento dos juros de mora.
- 18.3 Os montantes a reembolsar à Comissão podem ser abatidos mediante a dedução de quaisquer montantes por ela devidos ao Organismo Delegatário, após ter informado devidamente este último. Não é necessário o consentimento prévio do Organismo Delegatário. Esta disposição é aplicável sem prejuízo de um eventual escalonamento dos pagamentos acordado entre as Partes.
- 18.4 Os encargos bancários ocasionados pelo reembolso dos montantes devidos à Comissão são integralmente suportados pelo Organismo Delegatário.